

A (re)existência tapuia:¹ somos goitacazes, botocudos, aymorés e puris

*The tapuia (re)existence: we are goitacazes,
botocudos, aymorés e puris*

Rosana Paste

(Universidade Federal de Espírito Santo, Brasil)

Felipe Lacerda

(Universidade Federal de Espírito Santo, Brasil)

Resumo: A decolonização é pauta. Todo movimento para seguirmos na (re)escrita de nossa história é urgente e necessário. O corpo e o espírito, cansados de tantos anos colonialistas, se naturalizaram e nem sempre sentem os efeitos desse crime bárbaro. Este artigo versa sobre uma micro história de nossos povos originários, ressignificando seu modo de vida e seus costumes. Camadas sucessivas de agressões nos levam a perceber como até hoje esse movimento se repete, ao dialogarmos com a produção contemporânea da artista visual Felipe Lacerda.

Palavras-chave: povos originários; arte contemporânea; decolonização.

Abstract: *The decolonization is a social agenda. Every movement which keeps us (re)writing our history is urgent and necessary. The body and the spirit, tired of so many colonial years, have naturalized and do not always feel the effects of this barbarian crime. This article's approach is about our native people's micro history, reframing their way of life and their costumes. Successive lays of aggression lead us to realize how until this day this movement repeats itself when we dialogue with contemporary production of visual artist Felipe Lacerda.*

Keywords: *native people; contemporary art; decolonization.*

DOI: 10.47456/rf.v20i31.45541

1 Tapuia é a palavra injuriosa utilizada para designar os índios que não falavam a língua tupi-guarani.

(Re)existir – questão de vida

Os portugueses saíram do seu Velho Continente em busca de terras virgens que pudessem deflorar e delas usurpar toda riqueza que encontrassem. E foi assim que em 22 de abril de 1500 aqui chegou Pedro Álvares Cabral. A falha histórica ainda predomina, visto que Vicente Yáñez Pinzon, um espanhol, teria aportado no Cabo de Santo Agostinho, hoje Pernambuco, em 26 de janeiro de 1500. São fatos históricos que devem ser (re)escritos, pois os portugueses não descobriram nada. Aqui chegaram e dizimaram uma nação repleta de comunidades e povos com seus costumes culturais, suas línguas, suas relações políticas, sociais, econômicas e ambientais.

A história da Capitania do Espírito Santo é marcada pelo atraso econômico social de pelo menos 300 anos em relação às demais capitanias. Nossos estudos apontam que pesquisadores, historiadores, filósofos atribuem como um fator de esquecimento de nosso território. O ganho desse atraso foi que no século XIX o território do Espírito Santo mantinha uma “densa e exuberante floresta tropical que cobria 90% do atual território, com seus rios encachoeirados para o interior e habitat natural do indígena adverso [...]” (Mosé, 2009, p. 23). Assim, apesar de se seguir no estado uma política colonialista de catequização ou dizimação da população nativa, é fato histórico que alguns dos povos mais resistentes ao processo de ocupação portuguesa foram desenhados no solo capixaba. É interessante observar que o caráter de resistência dos povos originais   invasão portuguesa não se dava apenas pelo ataque frontal colocado pelos historiadores colonialistas. Celeste Ciccarone, pesquisadora da presenç a guarani no litoral do Sudeste, cita o relato de Leonardo Wera Tup , líder *mbya*:

Quando os portugueses chegaram, os Guarani já estavam aqui no litoral, mas só que quando eles chegaram, os Guarani sabiam qual região que ia demorar mais para o branco explorar, que é o centro da terra. Quer dizer o centro dessa terra que é a região do Paraguai e Argentina. E como eles previam a maldade, a maldição essas coisas todas,   então os mais velhos falavam: “está na hora da gente sair daqui” [...] (Ladeira; Tup , 2004, p. 52, *apud* Ciccarone, 2011, p. 142).

Podemos pensar que a resistência pelo confronto não foi a única forma de postergar esse domínio português. Nesse sentido, buscamos aqui apontar a (re)existência do Corpo Indígena e a (re)existência de seu território, mais especificamente na Capitania do Espírito Santo, entendendo que ambos fazem parte do mesmo corpoprganismo, atravessando o contexto com a produção da artista contemporânea Felipe Lacerda.

Dados históricos mostram que a situação da Capitania do Espírito Santo teve particularidades em relação às outras capitanias do território brasileiro. Contextualizemos: a tomada do território costeiro atl ntico pelos tupis ocorreu pouco antes da chegada dos portugueses. Os tapuias foram os primeiros

habitantes do litoral brasileiro. A invasão dos tupis sobre os tapuias unificou a faixa litorânea, e a língua tupi-guarani predominou, facilitando o domínio dos portugueses, que rapidamente aprenderam essa língua, assim como os costumes e hábitos, o que tornou possível a dominação. Enquanto isso, os tapuias migraram para o interior do Brasil criando barreiras de proteção do território, dificultado a entrada de portugueses invasores e dos tupis domesticados por eles. Assim nos relata Viviane Mosé (2009, p. 40):

A tupinização destas tribos permitiu a unificação do Brasil, à medida que facilitou o acesso português, obviamente que com várias distensões. Mas havia um pacto de boa vizinhança entre tupis e portugueses. Os que não eram tupis, a respeito deles circulavam os relatos mais assombrosos e imaginários: seriam os tapuias os mais ferozes, antropófagos e de organização mais primitiva.

O território que compreendia o sul da Bahia e a Capitania do Espírito Santo, incluindo o litoral, era habitado predominantemente pelos povos originários denominados tapuias, falantes da língua macro-jê e compostos pelas nações dos goitacazes, aymorés, botocudos e puris. Esse fato proporcionou que a população de povos originários naturais permanecesse em seus territórios, fazendo com que a Coroa de Portugal não investisse com tanto afinco na usurpação e destruição dos bens. Visível também é a deformação, o preconceito, que já naquela época foi disseminado pelos colonizadores criando uma divisão entre as nações aqui existentes. Disputas por territórios por meio de brigas, mortes, bancarrotas existiam entre eles, mas não da maneira desrespeitosa e voraz implantada pelos portugueses.

Além desses fatos descritos, não podemos deixar de trazer à tona a figura de nosso donatário Vasco Fernandez Coutinho. Conta a história que em seu mandato ele preferiu se aproximar e ficar do lado dos povos originários, em vez de escravizá-los, e aprendeu com eles os costumes culturais, sociais, políticos, ambientais no que se refere a comida, bebidas, fumos, cultivo, ervas, pinturas corporais, entre tantos saberes existentes nas nações de nosso território, passados oralmente por gerações, como relataremos adiante.

Devemos lembrar também que a maioria da tripulação que acompanhava as expedições era formada por pessoas não gratas em Portugal. Eram consideradas vadias, ciganas, heréticas, bruxas, ou seja, eram seres degradados que nada valiam para a sociedade do velho mundo. Não adentraremos esse viés histórico, pois também são fatos imbuídos de preconceitos perniciosos, que temos de (re)contar.

Com essas premissas, fica muito claro que Coutinho estava certo em escolher ficar ao lado dos povos originários aqui existentes, e assim ele envelheceu pobre, viciado em fumo e desrespeitado pelos seus superiores. Mosé relata (2009, p. 37):

[...] E, retrocedendo a 1535, buscamos compreender a chegada do colonizador

e seu encontro com o elemento indígena. Daí extraímos fatos bastante interessantes como a conjunção de fatores desfavoráveis: um donatário quixotesco, sem pulso para punir, uma comitiva de homens formada por ex-criminosos em sua maioria, e indígenas totalmente dispostos a não se deixar escravizar. Além disso os poucos recursos da empresa colonizadora, o que gerou constantes afastamentos do donatário.

Apesar dessa afirmativa de Mosé, há outras versões da ocupação da Capitania Hereditária do Espírito Santo que contestam essa passividade do invasor, ou sua ação dialogada com a população local. Kalna Mareto Teao (2008), por exemplo, aponta alguns conflitos de Vasco Coutinho com os povos originais, em especial na edificação de Vila Velha. Mas Teao também aponta na direção de nosso foco principal, a resistência, pois igualmente afirma que aqueles nativos contrários ao projeto colonial se refugiaram na Mata Atlântica, de onde faziam investidas contra os colonizadores. A autora reforça, portanto, nossa hipótese da resistência e da estruturação de uma ideia de (re)existir resistindo.

Dando-se um salto histórico para o século XVIII, mais precisamente em 1710, vemos que foi proibida a construção de estradas para o interior da Capitania do Espírito Santo, que ligariam a Minas Gerais, de onde seria escoado o ouro. O Governador General do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almeida, deu ordens ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Francisco de Albuquerque Telles, em nome do El-Rei D. João V, “a fim de que fossem suspensos e não se continuassem os trabalhos, explorações e descobertas das minas de Ouro da Capitania e continuação de estradas para Minas Gerais” (Daemon, 1879, *apud* Mosé, 2009, p. 146), consolidando a barreira verde e o paraíso existente nesse território. Mosé relata em seu livro que, na época, a Capitania não possuía vilas no interior, sendo o território ocupado pelos nativos, e com pequenos povoados no litoral, o que não justificaria a construção de estradas por não haver um dispositivo econômico que as sustentassem. Vale destacar que, entretanto, uma indústria rudimentar já se instaurara no Brasil nesse século, em especial nas capitanias do Sudeste e do Nordeste brasileiros. No Espírito Santo, era destaque a produção têxtil. Entretanto, em 1785, um alvará de D. Maria I de Portugal proíbe qualquer atividade manufatureira no Brasil, sob a alegação de que isso afastaria os colonos das atividades de exploração dos recursos naturais e preciosos da Colônia a ser desbravada, com a pouca população existente (Alvará, 2021). Fica claro que houve uma intencionalidade política, sejam quais forem os motivos desses atos, que finalizaram fragilizando alguns aspectos do que podemos chamar de desenvolvimento no estado. Esses atos políticos chegarão ao século XIX com o fomento da vinda de novos imigrantes europeus para o Espírito Santo, ampliando as etnias e as histórias que nos complementam. Ampliando, sobretudo, outros modos de existir no solo capixaba. Mas nosso foco neste texto centra-se nos povos originais.

Temos muitas histórias para recontar que demonstram o quanto os colonizadores maltrataram e vilipendiaram nossos povos originários, humilhando-os, maltratando-os e causando-lhes medo e pânico – sentimentos estes que os portugueses acreditavam não serem sentidos pelos nossos nativos. Traremos esse assunto à frente, em diálogo com o trabalho de Felipe Lacerda. Mas, para este estudo, paramos aqui nossa breve reflexão sobre a necessidade de se redesenhar ou reescrever a história do nosso estado, em especial sobre o processo de ocupação pelos portugueses, com a certeza de que os povos originários da Capitania do Espírito Santo constituem o representante maior da resistência no solo brasileiro. Somos ainda hoje constituídos dessa bravura nativa e desse desejo de olhar, ouvir, preservar nossos costumes e tradições, sem sermos espelhos de grandes centros, mas sermos nosso próprio centro.

(Re)existir – modo de vida

A noção de paraíso incomodava os colonizadores naquele momento. Como “humanidade da mercadoria”, não admitiam uma nação que não fosse escrava do trabalho, do lucro, da acumulação de bens, do desejo de possuir o fogo só para si. A lógica mercantilista, que antecedeu a capitalista, demarcou o que seriam os valores sociais, culturais e políticos de um povo “civilizado”, e o que estivesse fora desse padrão era considerado menor, desqualificado e desprovido de civilização (ou mesmo de alma, como declarou a Igreja para justificar a escravidão negra). Usaram essas diretrizes para legalizar a invasão, a destruição e exploração da terra nova. Todavia, ao chegarem, se depararam com uma terra cujos nativos eram livres desse peso e viviam no frescor de suas matas em total harmonia e formando um corporganismo único, tão respeitoso a ponto de que, quando a terra estava cansada por conta de suas plantações, eles iam para outro território para que ela pudesse descansar e renovar seus microambientes. Por todo esse respeito, os nativos foram tachados pelos colonizadores de preguiçosos. O nomadismo era parte das estratégias culturais, econômicas, sociais, políticas, ambientais das nações aqui existentes. Assim relata Mosé (2009, p. 45):

No novo continente reinava uma primavera eterna. O clima, que não era quente nem frio, propiciava o bem-estar do corpo e da alma. A pouca diferença entre as estações afastava os períodos ruins. Bosques frondosos possuíam frutos variados e saborosos. Prados eternamente verdes, campos floridos cortados por nascentes de água clara e límpida, onde os silvícolas mal conheciam a morte ou doença alguma. Tudo lembrava o Jardim do Éden. Os homens andavam nus e não conheciam a vergonha. Talvez ainda não tivessem comido da árvore do conhecimento.

Com certeza eles não haviam se contaminado pelo conhecimento arrebatador e mesquinho de um povo do Velho Continente, que carregava o peso da Culpa e

do Pecado Original, de suas crenças monoteístas – outra camada destruidora de nossos nativos, que não vamos abordar aqui. O conhecimento dos povos originários era superior ao daquela humanidade: se adoeciam, tinham conhecimento das plantas que os curavam; suas crenças ligadas aos deuses da natureza constituíam o sagrado necessário para aliviar o mal do espírito e curar o corpo; se tinham frio, preparavam as peles dos animais para se cobrirem, e as mulheres teciam, a partir do fio de algodão natural, uma espécie de manta que chamavam de tipoi para se aquecerem; quando iam guerrear, se trancavam durante um tempo para não verem o pôr do sol, pois essa visão traz paz de espírito, e não deveriam sentir isso nesse momento.

Para construção de suas casas, eram escolhidos locais onde havia rios e madeira de fácil acesso. Organizavam-se mutirões em que mulheres, homens e crianças participavam. Suas casas eram construídas de madeira e cobertas por uma espessa camada de folhas de palmeira, protegendo para que não chovesse dentro. Normalmente havia três entradas, uma em cada extremidade e uma ao meio da construção, numa noção perfeita de ventilação. Eram coletivas e internamente não havia subdivisões com paredes; cada núcleo familiar tinha sua demarcação, sem violar o direito do outro. As crianças eram cuidadas e educadas por todos os que ali habitavam. O fogo permanecia acesso dia e noite dentro da casa e dormia-se em inis, uma espécie de rede tecida com fios de algodão. Se essa descrição estivesse em outro contexto, podemos afirmar que não há nada mais contemporâneo que isso, hoje em 2021, e era assim em 1548 quando Hans Staden aqui aportou. Relata Staden (2019, p.140) que:

São pessoas bonitas de corpo e de estrutura, tanto homens quanto mulheres, da mesma forma que as pessoas daqui, exceto que são bronzeados pelo sol, pois andam todos nus, jovens e velhos, e também não trazem nada nas partes pubianas. Mas desfiguram-se eles mesmos com a pintura. Não têm barba, pois extraem os pelos da barba com a raiz tão logo lhes crescem. Fazem furos no lábio inferior, nas bochechas e nas orelhas e neles penduram pedras. É sua ornamentação. Também ornem-se com pedras.

Assim igualmente se ornavam as mulheres. Seus corpos eram pintados, seus cabelos eram longos, diferentemente dos homens, que os cortavam. Não faziam furos nos lábios nem nas bochechas e somente na orelha penduravam ornamentos redondos que faziam a partir de caramujos do mar, que chamavam de nambipai. Mulheres e homens tinham seus nomes de nascimento a partir de pássaros, peixes e frutas. Os homens trocavam de nomes à medida que conquistavam territórios. As mulheres também o faziam de acordo com as conquistas de seu parceiro, ou seja, tinham liberdade de escolher como queriam ser chamadas ao longo de suas vidas. E os nomes mudavam conforme o tempo passava. Conta Staden (2019, p. 151) que presenciou o nascimento de uma criança. Alguns dias após o nascimento, o pai reuniu os vizinhos para discutir qual nome seria

dados. Após várias discussões, nada agradou ao pai. Este então escolheu dar o nome de um dos seus quatro avós, acreditando que dar o nome de um ancestral prosperaria a criança e a tornaria um guerreiro. Um de seus filhos de chamou Coema, que na língua nativa significava “a manha”.

Entre os povos originários não havia comércio nem dinheiro. O que de valor possuíam eram as penas de pássaros e pedras, que havia com abundância, para construir seus ornamentos. O que usavam na cabeça chamava-se acangatara, cujas cores variavam de acordo com a nação. Os ornamentos de braço, perna e tronco eram feitos com penas coladas diretamente ao corpo, com extração de uma substância que escorria das árvores. O enduape era um grande ornamento de pena que tinha a função de proteger o sexo dos homens e era utilizado quando guerreavam ou em festas. As pedras eram de cor azul ou verde, e os meninos da tribo recebiam ainda quando crianças. À medida que cresciam, os buracos eram aumentados, as pedras eram maiores e sempre polidas.

Não estamos aqui romantizando a figura de nossos nativos; estamos recontando uma micro história que nos interessa. Estamos defendendo que aqui estavam muito bem com suas ideologias, crenças, concepções políticas, ambientais, culturais e sociais e que o colonizador não os ouviu, não os viu, não aprendeu nada com eles. Ao contrário, dizimou-os. Estamos aqui defendendo o sentimento de medo e pavor que esses povos sentiam ao serem atacados e escravizados à força. Ao verem suas florestas, seus rios, seus pássaros, seus animais, seu território sendo invadidos e levados embora. E ainda não paramos de sofrer com isso. Entre muitos, o crime ambiental de Mariana em 2015, por exemplo, não teve punição e nosso Rio Doce sofre! Os pretos, pobres, gays... são atacados todos os dias, sem poder dar voz ao que sentem, assim como nossos ancestrais nativos. E é nesse lugar que trazemos o trabalho de Felipe Lacerda como diálogo contemporâneo das camadas profundas que reverberam e aniquilam nosso território. Elza Soares está gritando, vamos ouvir: “O meu país é meu lugar de fala”.

A retomada 2020

Eu sou Resistência. Foi no bairro em que eu nasci que aprendi todas as táticas para sobreviver.

Aqui era uma fazenda, que foi invadida. E à medida que iam desapropriando os/as invasores/as, eles/as iam retornando novamente, num ato de insistência na volta, mesmo diante dos despejos consecutivos ao retorno à fazenda. Foi o deslocamento e a insistência na volta que deu a esse território o nome de Resistência.

Aqui jaz uma fazenda.

A retomada e a insistência na volta fizeram com que hoje esse bairro fosse povoado e construído mesmo com as ordens de despejos.

E o que isso tem a ver com a minha vida? Com quem eu sou? Em quem tenho me

transformado, trocando de pele, construindo movimentos sorrateiros por esses mundos?

Eles têm um plano, que foi organizado desde os tempos coloniais e que de algum modo ainda está em plena execução. Sabemos que as armas estão apontadas sobre as nossas cabeças desde então, desde o início de tudo que foi tramado e rogado sobre nossas vidas.

Estou exausta. Sinto as minhas pernas doerem, todo dia subo e desço a Av. Brasil, em direção ao pasto. Quando chego, parece que tudo volta, eu me lembro de tudo, até daquilo que não vivi. Os cavalos, os bois e as vacas vêm para me lembrar daquilo que eu não vivi.

E ainda insistem na minha mortificação como o meu fim. O nosso fim. Eles sabem de onde viemos, sabem também que todas nós sabemos segredos e formas de aquendar² nossas armas em nossas corpas³. Essa é a revolta deles, e sabem também que voltaremos para cobrar por todos os corações que nos foram retirados. Voltaremos com todas as pedras que foram atiradas sobre nós. Não, isso não é nem de longe uma profecia. É uma catástrofe.

O plano deles não terminou, porque, à medida que nós vamos, voltamos com uma legião a mais, como serpentes aquáticas furiosas, com sede de retomada de poder e controle de nossas existências.

Os fins de tarde têm sido um dos mais belos, o céu azul com rastros laranjas pelo céu.

Decido voltar.

A caminhada até onde habito é longa, e de lembrar que saltarei no pasto me arrepiia. Sinto o ardor em meus ouvidos e tudo isso volta a me deixar mais cansada, as dores em minhas pernas se intensificam até a sola dos meus pés. Uma amiga sempre me indica o escalda-pés com folhas, mas por algum motivo nunca fiz.

Cheguei.

Volto a descer a Av. Brasil, sinto os meus olhos arderem pela fumaça do fogo, é uma prática comum e corriqueira das pessoas do bairro colocarem fogo no lixo acumulado ou para espantar os mosquitos que sempre nos atacam por volta das 18 horas.

Sei como voltar. Sei como acender uma chama.

O plano deles ainda está em curso, o objetivo segue o mesmo, mas preciso me lembrar da volta. O meu destino não é mais o mesmo. Preciso partir e lembrar do que me foi dito no pasto e das minhas longas caminhadas por Resistência.

Estou indo.

O caminho é longo e sei o que posso encontrar pela frente. O meu corpo não é mais o mesmo desde que decidi bombá-lo com uma química desconhecida, que à medida que aplico vai me transformando em outra. Sei que não vai ser fácil, por isso decidi aquendar uma arma embaixo da minha língua bifurcada.

2 Mesmo que “guardar” ou “sumir com”.

3 Optamos por escrever “corpas” em vez de “corpos” para, assim, referirmo-nos a pessoas cujas corporeidades confrontam os modos normativos de se representar no mundo.

Parece-me que nessa caminhada tem apenas subida, o que me faz lembrar da Av. Brasil. Mas, ainda assim, não posso me esquecer da volta.

Minhas pernas voltam a doer. Decidi me sentar embaixo de uma árvore de aroeira. O céu volta a ficar completamente azul com rastros laranjas. Lembro-me do fogo, e meus olhos voltam a arder. A noite está caindo. Decidi continuar minha caminhada.

Dois rapazes de bicicleta se aproximam de mim dizendo que iriam acabar comigo e com as que se pareciam comigo. Intensifico meus passos à medida que eles vão se aproximando de mim. Volto a lembrar do plano colonial que segue em curso e das armas engatilhadas sobre nós. Embaixo de minha língua bifurcada está a aquendar uma arma, mas são dois contra uma.

Eles estão se aproximando. Corro disparada a uma mata fechada que está próxima do meu alcance. Não conheço esse lugar. Sinto o cheiro da fumaça, meus olhos começam a arder. Decido traçar um plano de fuga me orientando pela fumaça que sobe sobre o céu estrelado. Já era noite.

Consigo escapar.

Deito sobre folhas secas próximo à chama. Um cavalo se aproxima e volto a lembrar daquilo que eu não vivi, mas não posso me esquecer do caminho da volta. Abro a minha bolsa e pego a minha química, bombo o meu corpo novamente com o veneno em que já tinha me viciado, dois minutos era o suficiente para envenenar o meu corpo.

Caio no sono.

Acordo com um barulho ensurdecido de cobra cascavel. O que teria essa cobra a me ensinar? Decidi procurá-la, mas encontrei apenas as peles trocadas por ela. Já é manhã, continuo a minha caminhada.

Parece-me que habito um espaço e tempo que não me pertencem, tudo parece estar seguindo o pleno fluxo das caçadas por nós. Estou habitando outro mundo.

Escuto os fogos, volto a me lembrar do plano em curso, sei que estão vindo. Olho para o céu e os fogos de artifícios deixam rastros de fumaças que decido seguir em direção à minha caminhada.

Parece-me que essa caminhada está me levando para outros mundos, porque este já não mais me cabe. Meus ouvidos voltam a arder e as dores em meus pés e pernas estão localizadas no calcanhar, não posso fazer das dores minha parada. Minhas dores se intensificam e eu mal posso parar para senti-las...

Desejo acabar com o mundo da forma como nos foi dado e o conhecemos, as minhas dores são sobre o fim, mas não o nosso; algo se anuncia.

Eu quero arruinar suas casas, assombrar suas noites, invadir os seus sonhos e destruir o que está em curso...

A retomada e a insistência na volta me fazem caminhar. Caminho por mim e pelas que agora brilham no céu negro estrelado. Estou indo por vocês. Os rastros da fumaça que se desenhavam sobre os meus olhos se desfizeram no ar, e o que me guia agora são os meus sonhos. Esta noite eu preciso sonhar para não me perder.

Meus olhos voltam a arder.
A volta vai ser longa.
Preciso caminhar e me lembrar da volta...

(Re)volta

E para aqueles que chegam ao nosso território capixaba e não respeitam nossa identidade cultural, nossos ancestrais nativos, nossas crenças, costumes, nossa resistência, nossa (re)existência, gritamos: Debe Mara pá, xe remiu ram begué. Nde akanga juká aipotá kuriné. Xe anama poepika re xe aju. Nde roó xe mokaen será kuarasy ar eyma riré.

Decifrem, se forem capazes!

Referências

ALVARÁ que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil. **Arquivo Nacional**, 11 mar. 2021. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:alvara-que-proibe-as-fabricas-e-manufaturas-no-bra&catid=145&Itemid=286. Acesso em: 19 maio 2021.

CICCARONE, Celeste. Um povo que caminha: notas sobre movimentações territoriais guarani em tempos históricos e neocoloniais. **Dimensões**, v. 26, p. 136-151, 2011.

MOSÉ, Viviane. **A resistência tapuia na capitania do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2009.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**. Tradução de Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2019. (Coleção L&PM Pocket, v. 674.)

TEAO, Kalna Mareto. Formação de professores indígenas tupinikim e guarani *mbya* do Espírito Santo. **Cadernos de Educação Escolar Indígena – Proesi**, Barra do Bugres, v. 6, n. 1, p. 101-122, 2008. (Organizadores: Elias Januário e Fernando Selleri Silva.)

Rosana Paste

Graduada em Artes Plásticas Bacharelado (1992) pelo Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mestre em Educação (2010) e doutora em Educação (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes. É autora do livro Eumuseu Rosana Paste (2014) e do Catálogo Rosana Paste (2004). Participou do Projeto Rumos Visuais do Itaú Cultural (1999-2000) com exposição em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Paraná. Participou de exposições coletivas em congressos de mosaico contemporâneo no Egito, Japão, Itália e Brasil (1994, 1996, 2000, 2020). Sua última exposição individual foi realizada na Galeria Em Parede Contemporânea Vitória (2017). É membro do Grupo de Pesquisa Criatividade Educação e Arte (GPCear), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e com sede no Centro de Artes da Ufes. É professora dos cursos de bacharelado e licenciatura em Artes Visuais do Centro de Artes da UFES desde 1994. Site: <https://rosanapaste.com>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5145070938780104>

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7897-9297>

Felipe Lacerda

Artista visual e graduando em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Engatilha pesquisas que giram em torno de sujeitos cuja posição (de gênero, sexual e racial) social desobedece às premissas heterocentradas estruturadas pela lógica cisgênera, e das serpentes que bifurcam a língua nos processos de afirmação e desejo a vida.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6601-7946>